

## ■ DOSSIÊ - ARTIGOS

# ■ Políticas públicas de educação voltadas às diversidades sexuais - o estado da arte no campo da pesquisa

*Public education policies aimed at sexual diversities - the state of the art in the field of research*

 William Roslindo Paranhos \*

**Resumo:** Políticas públicas garantem - ou deveriam garantir - a resolução de inúmeros problemas sociais. Ao considerarmos o contexto da educação, além dos processos formativos e de diretrizes curriculares, a questão da violência tem se tornado central, em especial aquela relacionada às fobias sexuais, também conhecidas como LGBTfobias. Deste modo, a presente pesquisa busca, por meio de uma revisão sistemática de literatura, identificar o estado da arte da pesquisa relacionada às políticas públicas de educação voltadas à diversidade sexual. De abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, após a análise verificou-se que o campo da investigação científica pouco tem se preocupado com a temática, haja vista um baixo número de publicações relacionadas. No entanto, ao considerarmos os dados analisados, devemos salientar perspectivas que apontam na estruturação de políticas públicas por meio de vieses cisheteronormativos, os quais não consideram a vivência e as experiências de LGBTIAP+ e queer caracterizando um não reconhecimento às diferenças, além de uma escassez no que tange a formações continuadas que permitam um maior contato das pessoas docentes com as orientações públicas, bem como de um aprofundamento pessoal e subjetivo em relação às diferenças sexuais.

Recebido em: 12 maio 2022  
Aprovado em: 4 ago. 2022

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Diversidade sexual. Educação.

**Abstract:** Public policies guarantee - or should guarantee - the resolution of countless social problems. When considering the context of education, in addition to training processes and curricular guidelines, the issue of violence has become central, especially that related to sexual phobias, also known as LGBTphobia. Thus, the present research seeks, through a systematic literature review, to identify the state of the art of research related to public education policies aimed at sexual diversity. With a qualitative, descriptive and exploratory approach, after the analysis it was found that the field of scientific research has been little concerned with the subject, given the low number of related publications. However, when considering the analyzed data, we must emphasize perspectives that point to the structuring of public policies through cisheteronormative biases, which do not consider the experience and experiences of LGBTIAP+ and queer, characterizing a non-recognition of differences, in addition to a scarcity in the that involve continuing education that allows greater contact between teachers and public guidelines as well as a personal and subjective deepening in relation to sexual differences.

**Keywords:** Public polices. Sexual diversity. Education.

---

\* William Roslindo Paranhos é pessoa mestra em gestão do conhecimento, especialista em estudos de gênero e diversidade na escola pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Laboratório Afrodite (UFSC/CNPq). Contato: williamroslindoparanhos@gmail.com.

## Introdução

Políticas públicas são, em síntese, processos que preveem o desenvolvimento de ações, por parte do Estado, as quais objetivam solucionar problemas de ordem pública. Por mais que haja um ponto de partida centrado no âmbito governamental, a efetivação de políticas públicas depende de ações em conjunto com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Ao considerarmos a violência escolar como um problema de altíssima gravidade, podemos afirmar que ela se constitui enquanto uma questão social e, por tal razão, que necessita dos aparatos ofertados pela constituição de políticas públicas específicas. Dentro deste cenário, onde figuram as mais diversas motivações em face de práticas violentas, as fobias sexuais ocupam um espaço considerável, no instante em que adotamos uma óptica interdisciplinar e crítica, com premissas sustentadas em aspectos sociológicos, culturais e políticos (OLIVEIRA; ALBERTO; BITTENCOURT, 2016).

Ao citar Guacira Louro (2014), devemos compreender que “[a] sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que se possa ser desligado ou algo do qual alguém possa de ‘despir’” (p. 85). Esse mesmo espaço, ao longo de sua construção, “exerceu uma ação distintiva [e] se incumbiu de separar os sujeitos (LOURO, 2014, p. 61). Tais aspectos, não raro em conflito, culminam, na sua grande maioria, no fenômeno da evasão escolar - ou da exclusão escolar, como defende esta pessoa autora (PARANHOS, 2021a, s. p.).

Políticas públicas relacionadas ao tema foram criadas e desenvolvidas em vários países do mundo, com atenção especial para o Brasil entre os anos de 2002 e 2015, período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (SIERRA, 2019). No entanto, por mais que tenham

chegado a ser implementadas, faz-se imperiosa a prática de monitoramento - no que concerne sua realização e desenvolvimento - e uma outra de caráter pedagógico, operando desconstruções necessárias no contexto sociocultural, estruturado em bases excludentes e hegemônicas (LAPOLLI; PARANHOS; WILLERDING, 2022).

Diante da necessidade de localizar a abordagem das políticas públicas de educação voltadas à diversidade sexual no âmbito da pesquisa, este estudo objetivou, por meio de uma revisão sistemática da literatura, identificar o estado da arte da pesquisa relacionado às políticas públicas de educação voltadas à diversidade sexual no intuito de responder à questão: Qual o estado da arte da pesquisa relacionado às políticas públicas de educação voltadas à diversidade sexual?

## Metodologia

A fim de responder à pergunta de pesquisa e alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, a qual foi estruturada com base em um protocolo de pesquisa, indicado por Louise Botelho, Cristiano Cunha e Marcelo Macedo (2011) e William Paranhos, Inara Willerding e Édis Lapolli (2021), tornando o processo de busca mais amplo e facilitando a percepção de possíveis achados não esperados no início do estudo.

O processo de revisão da literatura, enquanto metodologia de pesquisa, pode ser considerado como uma ferramenta das mais efetivas, haja vista o cadenciamento de dados coletados que se referem à determinada questão (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Além disso, sua realização promove a construção de discussões variadas, ao debruçar-se sobre estudos oriundos das mais distintas áreas, dotando a análise do objeto de pesquisa de uma perspectiva interdisciplinar.

O Quadro 1 apresenta o protocolo de pesquisa

Quadro 1 - Protocolo de revisão sistemática da literatura

<b>Quadro conceitual</b>	A sexualidade é um aspecto constitutivo da subjetividade humana, estando presente em todas as <i>performances</i> e atuações das pessoas no contexto social. Políticas públicas são ações desenvolvidas pelo poder público com vistas à resolução de problemas sociais. A educação é um campo orientado por diversas políticas públicas, no instante em que objetiva a formação humana e, assim sendo, deve prever ações específicas relacionadas à diversidade sexual.
<b>Contexto</b>	Pesquisas relacionadas às políticas públicas de educação voltadas à diversidade sexual.
<b>Línguas</b>	Inglês, português e espanhol.
<b>Critérios de inclusão</b>	Tipos de documentos: artigos. Vinte estudos considerados os mais relevantes segundo as bases pesquisadas. Vinte estudos considerados de maior impacto quanto a citações contextuais com base no número total de citações.
<b>Critérios de exclusão</b>	Estudos duplicados. Estudos que não contemplassem o escopo da pesquisa. Tipos de documentos: <i>article in press</i> , <i>book chapter</i> , <i>conference paper</i> , <i>conference review e review</i> .
<b>Bases de dados pesquisadas</b>	<i>Scopus</i> , <i>Web of Science</i> e <i>SciELO</i> (podendo haver alterações no decorrer da busca).

Fonte: Adaptado de Paranhos, Willerding e Lapolli (2021).

utilizado, adaptado de Paranhos, Willerding e Lapolli (2021), no qual estão expressos todos os aspectos que delimitam o procedimento da pesquisa em torno da temática proposta.

A escolha das bases para a realização da busca se deu em virtude de suas principais características:

a *Scopus* em virtude de ser considerada a maior base científica do mundo; *Web of Science* que, além de ser um grande repositório de conhecimento, é reconhecida por seu caráter multidisciplinar e; a *SciELO* pelo fato de ser considerada como a maior base nacional, possuindo extensão em inúmeros países do mundo (PARANHOS; WILLERDING; LAPOLLI, 2021).

Primeiramente, foram definidos os termos a serem utilizados na pesquisa, sendo eles: “políticas públicas”, “educação” e “diversidade sexual”. Apesar de reconhecer-se a existência de outros termos que possam ser relacionados à temática - educacional, sexualidade, direitos humanos -, optou-se pelo uso de termos que sejam sintéticos e compreensíveis por parte do grande público de pessoas leitoras, o qual espera-se atingir com os resultados da presente pesquisa.

No intuito de potencializar a investigação, realizou-se a tradução idiomática dos termos para a língua inglesa (PARANHOS, 2021b). Deste modo, os termos foram fixados em:

- Para “Políticas públicas”: “public polices”;
- Para “Educação”: “education”;
- Para “Diversidade sexual”: “sexual diversity”.

Outra estratégia, baseando-se na pesquisa de Paranhos (2021b), consistiu no uso de dos booleanos, que atuam durante o processo como sendo palavras que indicam aos sistemas - bases - as possibilidades de combinações de termos, culminando na ampliação de resultados. Assim, o uso do asterisco (\*) substituiu *public polices* por *public polic\**, abrindo espaço para a inclusão de pesquisas que utilizassem a terminologia *public policy* ou *public policies*, por exemplo. Ao serem cruzados, esses termos possibilitaram os seguintes retornos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Resultados da primeira busca nas bases

Palavras-chave	Scopus	Web of Science	SciELO
(("public polic*") AND ("education") AND ("sexual diversit*"))	12	6	0
<b>Total: 18 artigos</b>			

Fonte: Adaptado de Paranhos, Willerding e Lapolli (2021).

Quadro 3 - Resultados da segunda busca nas bases e artigos analisados

Palavras-Chave	Scopus		Web of Science		PsycINFO (APA)	
	N.º de registros	N.º de registros analisados	N.º de registros	N.º de registros analisados	N.º de registros	N.º de registros analisados
(("public polic*") AND ("education") AND ("sexual diversit*"))	12	12	6	5	5	5
<b>Total: 23 artigos; 22 artigos analisados</b>						

Fonte: Adaptado de Paranhos, Willerding e Lapolli (2021).

Ao final da primeira verificação, constatou-se um fato: nenhum artigo foi encontrado na base *SciELO* ao realizar o cruzamento dos termos. É importante que se faça um adendo em referência ao ocorrido, haja vista ser a base considerada uma das mais importantes do país, indicando a ausência de estudos averiguem fenômenos relacionados. Diante do acontecimento, optou-se pela substituição do repositório pela *PsycINFO*, base de dados da *American Psychological Association*, retornando o que é apresentado no Quadro 3.

A busca na base de dados *Scopus* obteve 12 registros, sendo que não houve publicações desconsideradas. A *Web of Science* retornou 6 registros com a busca efetivada por meio das palavras-chave. Do total, após aplicação do protocolo, um destes foi excluído, resultando em cinco publicações. Por fim, a *PsycINFO (APA)* gerou cinco retornos, todos mantidos de acordo com os parâmetros definidos para a pesquisa. Ao final, de um total de 23 artigos, 22 passaram para a próxima etapa que consistiu na exclusão de duplicados.

Do montante de 22 publicações, seis eram duplicadas, gerando o coeficiente de 16 estudos, a saber: 12 da *scopus*, três da *Web of Science* e um da *PsycINFO (APA)*. Os textos tiveram lidos seus títulos, palavras-chave, resumos e conclusões, a fim de averiguar sua adequação ao escopo da revisão. Dentre os 16 artigos, 15 aderiram aos objetivos desta pesquisa e foram selecionados para a leitura integral, número que reduziu para 13 ao final das análises - dez da *scopus*, três da *Web of Science* e zero da *PsycINFO (APA)*.

## Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados obtidos para este estudo está relacionada no Quadro 4, onde 13 artigos, de perspectivas interdisciplinares, relacionam as temáticas centrais de estudo, oriundos da revisão sistemática da literatura sustentada pelo protocolo de pesquisa adaptado de Paranhos, Willerding e Lapolli (2021).

A pesquisa de Henrique Nardi (2008), *O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa*, tem como objetivo descrever, com base na metodologia dos estudos

Quadro 4 - Apresentação das publicações selecionadas

Autoria	Título	Ano	Periódico
NARDI, Henrique Caetano	O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa	2008	Psicologia & Sociedade
CASAS, Lidia; AHUMADA, Claudia.	Teenage sexuality and rights in Chile: from denial to punishment	2009	Reproductive Health Matters
NARDI, Henrique Caetano; RIOS, Roger Raupp; MACHADO, Paula Sandrine.	Diversidade sexual: políticas públicas e igualdade de direitos.	2012	Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social
DEPALMA, Renée; FRANCIS, Dennis.	South African Life Orientation Teachers: (Not) Teaching About Sexuality Diversity	2014	Journal of Homosexuality
ECHEVERRÍA, Genoveva; MARTÍN MATURANA, José.	Análisis crítico del discurso de políticas públicas en diversidad sexual en Chile	2015	Universitas Psychologica
SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo.	Educação sexual para adolescentes e jovens: Mapeando proposições oficiais	2015	Saúde e Sociedade
VIANNA, Cláudia Pereira.	O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios	2015	Educação e Pesquisa
MARCON, Amanda Nogara; PRUDÊNCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.	2016	Psicologia Escolar e Educacional
QUARTIERO, Eliana; NARDI, Henrique Caetano.	Diferenças e desigualdades em um projeto de educação a distância	2016	Arquivos Brasileiros de Psicologia
HALL, William J.; JONES, Benjamin L.H.; WITKEMPER, Kristen D.; COLLINS, Tora L.; RODGERS, Grayson K.	State policy on school-based sex education: A content analysis focused on sexual behaviors, relationships, and identities	2019	American Journal of Health Behavior
VALDERRAMA, Caterine Galaz; MELIS, Rolando Poblete.	Public educational policies and sexualities in post-dictatorship Chile: opacities and hyper-visibility of LGTBI subjects.	2019	Educar em Revista
PEÑAS FELIZZOLA, Aura Helena; CÁRDENAS SIERRA, Carlos Alberto	La política de educación inclusiva en Colombia (2013-2016) desde un enfoque de derechos.	2020	Revista de Educación Inclusiva
MÁXIMO PRADO, Marco Aurélio; GABRIEL MARACCI, João; LOPES MONTEIRO, Igor Ramon	Governamentalidades e depurações hierárquicas dos direitos humanos no Brasil: A educação pública e a população LGBT+	2021	Education Policy Analysis Archives

Fonte: Adaptado de Paranhos, Willerding e Lapolli (2021).

comparados, as problemáticas que surgem a partir do processo de implementação de políticas públicas em escolas brasileiras e francesas. Segundo o autor, o campo francês se parece, em muito, com o de nosso país, no instante em que apresenta um campo de discriminações com base na sexualidade e, posteriormente, em suas naturalizações. Ambos os contextos urgem por debates em torno de uma democracia sexual no espaço público, ao perceber os processos de subjetivação, por meio dos aparatos sociais, que criam os mecanismos necessários para o desenvolvimento dos discursos de verdade - com base nas perspectivas foucaultianas.

Importante chamar a atenção para o fato de que o estudo foi construído há cerca de 14 anos, o que possibilita várias mudanças nos contextos estudados. Porém, Nardi (2008) destaca que a França era considerada um campo cultural muito mais aberto do que o brasileiro,

sobretudo, ao analisar a questão da diversidade sexual presente na mídia. Por outro lado, mesmo com tal abertura, o país europeu ainda se encontrava em um cenário de completa ausência dos debates relacionados à sexualidade dentro do âmbito educacional, diferentemente do que ocorria, mesmo que a passos lentos, no Brasil. A cultura homofóbica presente na constituição nacional direciona a construção de políticas públicas educacionais direcionadas ao combate desse tipo de violência, principalmente em virtude dos altos índices de fobias sexuais encontrados nas escolas brasileiras. Todavia, “[c]abe evidentemente a ressalva que nosso país tem como característica uma distância grande entre a ‘lei no livro e a lei em ação’ (NARDI, 2008, p. 14).

A indicação de que a população francesa é menos homofóbica pode, e deve, ser considerada, ao nos debruçarmos sobre os dados de violência explícita.

Entretanto, Nardi (2008) destaca a questão, também cultural, da distinção público/privado bastante latente no contexto francês, reforçando a ideia de que a vivência da sexualidade se reserva ao ambiente doméstico, o que pode vir a ser considerado como um ato de violência simbólica e impossibilidade da plenitude sexual de cada pessoa. Assim, enquanto o Brasil se direciona para a construção e solidificação de políticas públicas de combate às violências sexuais, a França, por outro lado, ainda percebe uma incipiência nesse sentido.

Lídia Casas e Cláudia Ahumadab (2009) analisam um processo histórico em torno dos direitos sexuais em seu estudo *Sexualidade e direitos na adolescência no Chile: da negação à punição*. Passados - à época - 19 anos do retorno à democracia chilena, as autoras afirmam que os direitos sexuais de crianças e adolescente ainda estão longe de serem garantidos. Além da perspectiva histórica, o estudo ainda traz dados de 2008, ano em que se realizou uma revisão documental acerca de estatutos escolares de 189 instituições chilenas, obrigatórios na gestão pública educacional daquele país, mas que não abordavam questões em torno da discriminação sexual, por conta da gravidez na adolescência ou pelo HIV, por exemplo. Comparando a realidade escolar com as diretrizes estabelecidas, as autoras perceberam que não havia uma conformidade entre teoria e prática, além de evidenciarem inúmeros casos em que a escola pune o comportamento sexual considerado como “transgressor”.

*Diversidade sexual: políticas públicas e igualdade de direitos* é o título do artigo de Hrnqieu Nardi, Roger Rios e Paula Machado (2012), o qual propõe uma reflexão, partindo do prisma interdisciplinar, acerca da configuração das políticas públicas inerentes às diversidades sexual, de gênero e corporal encontradas no Brasil. É de extrema importância localizar o momento histórico em que o estudo foi construído, logo após a suspensão da distribuição de materiais pedagógicos, produzidos por organizações não governamentais, de apoio ao combate à homofobia, por parte do Ministério da Educação, conhecidos por “kit-homofobia”, pelas pessoas que apoiaram a ação; ou “kit gay”, por aquelas que posicionaram-se contrariamente.

De acordo com as pessoas autoras, o posicionamento dos movimentos sociais sempre foi considerado como sendo de extrema importância à construção de quaisquer políticas públicas no país, haja vista sua representatividade no movimento pela queda da ditadura militar e pela redemocratização da nação. Em decorrência das agendas encabeçadas pela militância, há de se destacar “em 2008, o Governo Lula convoca a I Conferência LGBT; em 2009, lança o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos LGBT e; em 2011, a presidenta Dilma convoca a II Conferência” (NARDI; RIOS; MACHADO, 2012, p. 258), todas

políticas centram-se na diversidade sexual. Com relação específica à educação, devem ser salientadas as formações docentes e a distribuição de materiais pedagógicos específicos, além da “inclusão da temática na Conferência Nacional de Educação Básica e na Conferência Nacional de Educação” (NARDI; RIOS; MACHADO, 2012, p. 258). Apesar dos avanços, o texto aponta duas principais dificuldades em relação à construção e execução de tais políticas públicas: 1. ultrapassar - e aqui faço uso do termo “desconstruir” - os preconceitos cristalizados, tanto no campo político quanto no social e científico, que reproduzem, constantemente, hierarquizações relacionadas à sexualidade, aos gêneros e corpos e; 2. a efetivação da premissa constitucional do Estado laico, na observância do crescente discurso - e poderio - religioso dentro do âmbito político, o qual reflete, diretamente, na derrocada de políticas relacionadas às dissidências sexuais.

Ainda no campo das políticas públicas e legislações, *South African Life Orientation Teachers: (Not) Teaching About Sexuality Diversity* é publicado por Renée DePalma e Dennis Francis (2014) após entrevistarem 25 docentes, em exercício, na África do Sul. As pessoas autoras partem da perspectiva legal daquele país ao afirmarem que, apesar de toda a sua luta pelos direitos humanos, as legislações específicas relacionadas aos grupos LGBTIAP+ e *queer* são quase inexistentes, o que abre uma grande lacuna nas atividades públicas, em especial na educação. Com relação à coleta de dados, elas destacam o fato de uma mínima descrição a respeito do exercício prático da docência e de uma extrema divergência em torno dos discursos relacionados à diversidade sexual, constantemente afetados pela cultura e crenças familiares, além de serem atravessados por instituições como a religião e a política.

“A diversidade sexual, juntamente com outras formas de diversidade, é, de fato, protegida na Constituição sul-africana e codificada em muitas proteções legais.” (DEPALMA; FRANCIS, 2014, p. 1707), no entanto, apesar desta estrutura, as pessoas docentes afirmam carecer de direcionamentos práticos para a lida diária no contexto escolar, como por exemplo por meio de processos de formação continuada, oficinas, materiais e planos de aulas específicos que possam lhes facilitar o exercício do ensino focado nas experiências de diversidades sexuais. Relevante também é a análise feita pelas pessoas autoras em relação aos discursos, muitas vezes autoritários e conservadores, inerentes às práticas sexuais, os quais unem-se aos *silenciamentos curriculares* percebidos, haja vista uma falta de diretrizes políticas. Elas sugerem uma oferta de atividades, por parte do poder público, que possibilite a reflexão das docentes em torno de suas formações subjetivas, sobretudo daquelas relacionadas às perspectivas religiosas.

O discurso também é analisado no estudo de Geneveva Echeverría e José Maturana: *Análisis crítico del discurso de políticas públicas en diversidad sexual en Chile*. Em posse das principais políticas instituídas no território chileno entre os anos de 2010 e 2015, Echeverría e Martín (2015) se debruçam sobre a questão das posições de poder, das diferentes versões criadas em torno da sexualidade e sua utilização, das normalizações e dos estereótipos presentes nos textos. Há, de acordo com as pessoas autoras, uma forte presença da heteronormatividade e da regulação da sexualidade e dos corpos nos textos pesquisados. No que tange às políticas públicas de educação, o documento *Discriminação no contexto escolar (DCE): orientações para promover uma escola inclusiva*, construído pelo Ministério da Educação em 2013, tem como objetivo trabalhar pela inclusão das diferenças. Contudo, percebe-se que todo o documento opera por meio da lógica da homogeneidade e universalidade, onde se nega o direito às diferenças.

A *Educação sexual para adolescentes e jovens: Mapeando proposições oficiais* foi o mote que orientou a pesquisa de Sara Sfair, Marisa Bittar e Roseli Lopes (2015). Por meio de uma pesquisa documental que analisou propostas de educação sexual previstas em documentos federais e estaduais no estado de São Paulo entre os anos de 1990 e 2010, somando-se 25 documentos ao todo, o estudo pode ser sintetizado em quatro grandes pontos:

1. 76% dos documentos analisados não utilizam as terminologias adequadas para abordar a temática, ou seja, “educação sexual” ou “orientação sexual” e utilizam de maneira expressiva a terminologia “prevenção”;
2. em 60% dos textos, “orientação sexual” é utilizado como sendo sinônimo de diversidade sexual;
3. a grande maioria das propostas para desenvolvimento de trabalhos no campo educacional são provenientes da área da saúde, os quais indicam ações intersetoriais, sobretudo com a educação, considerando-a como área adequada para que se atinja um maior contingente populacional e;
4. os documentos pautam-se em aspectos biologicistas e deixam margem para a perpetuação de práticas discriminatórias e repressoras no ambiente escolar.

Em relação ao movimento LGBTIAP+ e sua interlocução com a educação, Cláudia Vianna (2015) propôs um estudo com o objetivo de analisar de que maneira essa relação possibilita a produção de políticas públicas de educação voltadas ao âmbito dos gêneros e das diversidades sexuais. *O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios* parte de duas fontes teóricas

produzidas pela autora, sendo a primeira sua tese de livre-docência - em 2011 - que busca compreender a inserção das categorias de análise de gênero e sexualidade na esfera das políticas públicas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, a segunda, que consiste na verificação da compreensão, apropriação e implementação, por parte de docentes, das políticas curriculares do estado de São Paulo no ano de 2012. Em sendo uma discussão relacionada com a introdução do tema no âmbito político-social, percebe-se que há um movimento de apropriação do discurso proveniente dos movimentos sociais por parte dos governos, os quais acabam rotulando as pessoas dissidentes e considerando-as como todas iguais, enquanto grupo, mas à parte do contexto social global. Por outro lado, identifica-se uma considerável dificuldade, por parte do corpo docente, em compreender as pautas - haja vista uma construção subjetiva que impede a efetiva inclusão -, um crescimento da influência religiosa nas relações e na política e uma estrutura social baseada na segregação e discriminação das dissidências.

As *Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola* foram tema do estudo de Amanda Marcon, Luísa Prudêncio e Marivete Gesser (2016) que, em consonância com as pessoas autoras, tem passado por significativas mudanças em virtude das ressignificações sociais, cada vez mais próximas da perspectiva de direitos humanos e inclusão. Seu objetivo central foi o de analisar a produção de conhecimento em diversidade sexual na escola desde que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram instituídos. Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa que considerou artigos publicados entre 1997 e 2013. Após a coleta de dados, constatou-se que, de fato, há uma mudança no âmbito da produção de conhecimentos que partem da análise de políticas públicas, os quais podem ser utilizados como instrumentos para que pessoas docentes aprofundem sua percepção e compreensão a respeito do tema. Por outro lado, aponta-se para uma ampla brecha no que tange à efetivação de uma reestruturação das práticas escolares em seu cotidiano.

A educação à distância tornou-se palco para as discussões de Eliana Quartiero e Henrique Nardi (2016) em *Diferenças e desigualdades em um projeto de educação à distância*. A proposta discute o “funcionamento de verdades acerca da diferenciação do humano [que] normatiza[m] e conforma[m] o fazer pedagógico e [...] se apresentar como desafio quando buscamos transformar o cotidiano escolar” (QUARTIERO; NARDI, 2016, p. 84). O campo de estudos utilizado pelas pessoas autoras foi o curso *Gênero e Diversidade na Escola*, ofertado pelo Ministério da Educação como política pública que possibilita a formação de docentes das redes públicas. Em suas análises, as autoras percebem os processos de

naturalização de verdades que são parte integrante da construção de subjetividades e identidades, culminando em processos de diferenciação. Enquanto atividades práticas, as pessoas autoras também apontam a necessidade de uma reestruturação das políticas que ainda são orientadas por construções dicotômicas e as hierarquias estabelecidas que colocam as pessoas - neste caso as dissidentes sexuais - como *outras, distintas, diferentes*.

De acordo com William Hall, Benjamin Jones, Kristen Witkemper, Tora Collins e Grayson Rodgers (2019), as pessoas jovens nos Estados Unidos enfrentam vários problemas relacionados à educação/saúde sexual, questões que motivaram o desenvolvimento do estudo e posterior escrita de *State policy on school-based sex education: A content analysis focused on sexual behaviors, relationships, and identities*. O objetivo central da pesquisa foi realizar a análise das políticas estaduais de educação dos cinquenta estados daquele país, centrando-se nas temáticas de comportamentos sexuais, relacionamentos e identidades. As pessoas autoras sugerem que, apesar de essa ser uma problemática global, no que tange à juventude estadunidense, aquelas que se consideram dissidentes na sexualidade acabam sendo especialmente afetadas. Os resultados sugerem que grande parte das políticas analisadas propõem uma abstinência relacionada aos comportamentos sexuais, além de não tornar obrigatório qualquer tipo de abordagem acerca de métodos contraceptivos e prevenção a infecções sexualmente transmissíveis. Metade dos materiais possuíam, em sua constituição, algum tipo de discussão sobre relacionamentos e violência sexual, porém raros eram aqueles que tratavam de comunicação e denúncia da violência. Por fim, 12 estados incluíram, na redação de seus textos, orientações sexuais diversas e sete aprofundaram a questão das diversidades de gênero. Hall *et al.* (2019) consideram que as políticas públicas de educação relacionadas às diversidades sexuais são construídas com base em pesquisas teóricas, nem sempre bem sustentadas, e raramente em dados empíricos coletados junto à comunidade LGBTIAP+ e *queer*.

O Chile volta a ser palco de debates em *Public educational policies and sexualities in post-dictatorship Chile: opacities and hyper-visibility of LGTBI subjects*, pesquisa publicada por Caterine Valderrama e Rolando Melis (2019), a qual destaca o fato de um olhar voltado a sexualidades, no âmbito das políticas públicas, somente após o término da ditadura chilena. Com base em uma análise discursiva, foram analisadas legislações nacionais de educação instituídas entre os anos de 1990 e 2017. As percepções do processo centraram-se na abordagem da sexualidade enquanto uma construção social que emerge *a partir de dado momento*, como se ela houvesse se tornado *real e concreta* com o advento dos movimentos sociais LGBTIAP+ e *queer*. A partir

desse momento, quatro pontos são destacados em relação à abordagem política:

1. política institucional de silêncio acerca do tema;
2. estabelecimento de programas educativos relacionados à educação e orientação sexual;
3. início de disputas ideológicas entre conservadores e progressistas e;
4. advento da visibilidade não heteronormativa. Apesar dos aspectos levantados, o estudo considera que as abordagens percebidas na prática ainda se concretizam sob uma matriz heteronormativa e biológica da sexualidade, sustentadas por um forte apelo conservador e religioso.

Ainda na América Latina, Aura Peñas Felizzola e Paulo Cárdenas Sierra (2020) viajam para a Colômbia ao construírem a pesquisa *La política de educación inclusiva en Colombia (2013-2016) desde un enfoque de derechos*. Com a hipótese de que as políticas de inclusão - em geral -, implementadas pelo ensino superior, constituem um meio de garantir os direitos humanos, o estudo parte de uma revisão sistemática da literatura acerca da inclusão social, a qual obtém um retorno de 29.465 publicações entre artigos, livros, resenhas, enciclopédias, dentre outros. Em um segundo momento, os arquivos foram analisados com auxílio de uma ferramenta que organizou termos específicos a fim de identificar os principais atores dessas políticas, os quais foram elencados em: sociedade civil, instituições de ensino e Estado. No que tange às políticas de inclusão no campo da educação, Peñas Felizzola e Cárdenas Sierra (2020) se voltaram às instituições de ensino superior fazendo uso de uma óptica tridimensional envolvendo os seguintes aspectos: redistribuição, reconhecimento e participação. Como achados, têm-se o reconhecimento de grupos minorizados - dentre eles, o das minorias sexuais - como principal aspecto relacionado à inclusão, ou seja, as políticas possibilitam um reconhecimento das identidades diversas dentro do campo social de maneira muito mais expressiva do que nas perspectivas de redistribuição ou da participação política/social.

Marco Máximo Prado, João Gabriel Maracci e Igor Lopes Monteiro (2021) analisaram as relações existentes entre governo, educação e políticas públicas de gênero e diversidade sexual no campo da educação implementadas nas últimas duas décadas em solo nacional no artigo *Governamentalidades e depurações hierárquicas dos direitos humanos no Brasil: A educação pública e a população LGBT+*. Em seu estudo, as pessoas autoras sugerem a existência de três lógicas - enquanto divisão dos atores políticos heterogêneos - relacionadas às políticas públicas no país: adesão com baixa institucionalidade; repulsa, que se sustenta no surgimento

de movimentos anti diversidade sexual e de gênero; 3. o processo de assimilação da diversidade por parte do executivo federal e, posteriormente, sua cooptação. Fazendo uso desses prismas, Máximo Prado, Gabriel Maracci e Lopes Monteiro (2021) defendem a possibilidade de uma leitura histórica das políticas promulgadas pelas gestões governamentais, sendo que, ao seguirem um cadenciamento temporal das três lógicas, indicam o fato de que estas pavimentaram o atual cenário de ressignificação dos direitos humanos e, em especial, LGBTIAP+ e *queer*, onde observamos uma reorientação do campo prático educacional na defesa da cisheteronormatividade como normas regulatórias, por mais que existam algumas - poucas - políticas públicas de educação relacionadas à diversidade sexual.

## Considerações finais

O início desta seção deve principiar com um questionamento: qual o principal motivo para que se desenvolvam políticas públicas educacionais específicas à diversidade sexual? Com base nos estudos analisados, podemos considerar que o combate à violência é a grande premissa que orienta a estruturação de tais diretrizes. No entanto, ao percebermos e compreendermos a sexualidade enquanto um aspecto subjetivo inerente à constituição humana, aspecto este elencado como essencial ao bem-estar pela Organização Mundial de Saúde (OMS), não deveria a questão da integralidade humana e, em decorrência, da educação integral, serem os motes principais para tal desenvolvimento (LAPOLLI; PARANHOS; WILLERDING, 2022; PARANHOS, 2020)? Este é, possivelmente, o ponto que mais incomodou esta pessoa autora durante a construção do estudo, devendo chamar a atenção para o fato de que considerar as políticas públicas educacionais de enfrentamento às violências de extrema importância, porém, enquanto pesquisadora da área e militante, me salta aos olhos tal ausência.

Possivelmente, vinculando-se ao ponto de partida

apresentado, fica nítida uma disjunção entre o processo de construção das políticas públicas e as experiências dissidentes da sexualidade. Os governos estruturam seus planos baseando-se em conhecimentos teóricos, quase sempre sob uma matriz cisheteronormativa que não condiz com a realidade e com as necessidades das pessoas LGBTIAP+ e *queer*, quando “vemos uma tentativa de inflexão da ação do dispositivo com o surgimento de termos que denunciam a opressão da lógica binária e seus efeitos políticos e de sofrimento psíquico” (NARDI; RIOS; MACHADO, 2012, p. 258).

Quando não é constatada uma completa ausência de políticas públicas voltadas às diversidades sexuais dentro do cenário educacional, constata-se um completo afastamento entre teoria e prática, ou seja, fazendo com que aquilo que está no papel não ocorra de maneira efetiva. As motivações são inúmeras, mas, em sua grande maioria, partem de uma questão muito mais cultural e social do que técnica. Visualiza-se também que a grande maioria dos documentos opera por meio da lógica homogênea e universalista, onde o direito de reconhecimento às diferenças é negado (AKOTIRENE, 2020), e, neste exercício, iniciam as práticas de apagamento e diferenciação (BRAH, 2006), que nada mais são do que formas de opressão.

No instante em que nos atemos aos aspectos culturais e sociais, as políticas públicas devem supor “um processo educativo para todos nós, em [se tratando de] uma sociedade onde a segregação e as estratégias de esvaziamento das desigualdades são permanências históricas que devem ser superadas também no âmbito das relações sociais” (VIANNA, 2015, p. 803), devendo primar muito além do que pela consonância entre teoria e prática, mas, em sendo consideradas ferramentas que possibilitam a transformação social, sejam consideradas as reais necessidades humanas, necessidades estas que devem ser constatadas na experiência individual e nos apelos coletivos. Somente desta maneira é que as políticas públicas terão a possibilidade de tornarem-se efetivas. ■

## Referências

- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- BOTELHO, L. L. R. CUNHA, C. C. A. MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121, 2011.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 1, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CASAS, L; AHUMADA, C. Teenage sexuality and rights in Chile: from denial to punishment. **Reproductive health matters**, v. 17, n. 34, p. 88-98, 2009.
- DEPALMA, R.; FRANCIS, D. South African life orientation teachers:(Not) teaching about sexuality diversity. **Journal of Homosexuality**, v. 61, n. 12, p. 1687-1711, 2014.



- ECHEVERRÍA, G.; MARTÍN MATURANA, J. Análisis crítico del discurso de políticas públicas en diversidad sexual en Chile. **Universitas Psychologica**, v. 14, n. 4, p. 1485-1498, 2015.
- HALL, W. J.; JONES, B. L.H.; WITKEMPER, K. D.; COLLINS, T. L.; RODGERS, G. K. State policy on school-based sex education: a content analysis focused on sexual behaviors, relationships, and identities. **American journal of health behavior**, v. 43, n. 3, p. 506-519, 2019.
- LAPOLLI, É. M. L.; PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V. **Diversidades: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças**. 1 ed. Florianópolis - SC: Editora Pandion, 2022.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- MARCON, A. N.; PRUDÊNCIO, L. E. V.; GESSER, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, p. 291-302, 2016.
- MÁXIMO PRADO, M. A.; GABRIEL MARACCI, J.; LOPES MONTEIRO, I. R. Governamentalidades e Depurações Hierárquicas dos Direitos Humanos no Brasil: A Educação Pública e a População LGBT+. **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, 2021.
- NARDI, H. C. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 12-23, 2008.
- NARDI, H. C.; RIOS, R. R.; MACHADO, P. S. Diversidade sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, v. 12, n. 3, p. 255-266, 2012.
- OLIVEIRA, C. E. de; ALBERTO, M. de F. P.; BITTENCOURT, N. de F. B. Tensões e contradições nos discursos políticos sobre o combate à homofobia no contexto da escola brasileira. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 14, n. 2, p. 1479-1492, 1 jul. 2016.
- PARANHOS, William Roslindo. **Evasão escolar: uma grande mentira!** 2021a. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/evas%C3%A3o-escolar-uma-grande-mentira-william/>. Acesso em: 12 maio 2022.
- PARANHOS, W. R. **Modelo conceitual para o desenvolvimento de Organizações Saudáveis**. 2021b. 245 f. (Dissertação) Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento - Curso de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- PARANHOS, W. R. Rodas de conversa "Fazendo Gênero" – um espaço necessário para a desconstrução. In: FREITAS, D. L. R. de; PAIVA, L. L. G.; FERNANDES, C. R. de F. (org.). **Amplamente: gênero e diversidade**. Natal: Amplamente, 2020. v. 1, p. 96-111. E-book.
- PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V.; LAPOLLI, É. M. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.
- PEÑAS FELIZZOLA, A. H.; CÁRDENAS SIERRA, C. A. La política de educación inclusiva en Colombia (2013-2016) desde un enfoque de derechos. **Revista de educación inclusiva**, v. 13, n. 2, 2020.
- QUARTIERO, E.; NARDI, H. C. Diferenças e desigualdades em um projeto de educação a distância. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 68, n. 2, p. 84-98, 2016.
- SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 620-632, 2015.
- SIERRA, J. C. Identidade e diversidade no contexto brasileiro: uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-14, 2019.
- VALDERRAMA, C. G.; MELIS, R. P. Políticas públicas educativas y las sexualidades en Chile post-dictadura: opacidades e hiper-visibilidades de sujetos LGTBI. **Educar em Revista**, v. 35, p. 251-269, 2019.
- VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.